

Ferreira Gomes Energia S.A.

Demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	8
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	14
Demonstrações do valor adicionado	15
Notas explicativas às Demonstrações contábeis	16

Relatório da Administração

Aos acionistas

A Administração da Ferreira Gomes Energia S.A (“Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da Administração e as Demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas estão à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. Breve histórico da Companhia

A Ferreira Gomes Energia S.A é uma Companhia de capital aberto, constituída em 10 de agosto de 2010.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE constituída pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), cuja concessão foi obtida pela Alupar no leilão de geração de energia nova 003/2010 (“Leilão”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em julho de 2010, a contratação de energia foi efetuada no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assim a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão.

Em 09 de novembro de 2010, foi firmado entre a Companhia e a União o Contrato de Concessão nº 02/2010 – MME – UHE Ferreira Gomes, que concede a Companhia o direito de explorar o empreendimento pelo prazo de 35 anos (até 09 de novembro de 2045).

A Ferreira Gomes Energia S.A., cuja sede está localizada na cidade de São Paulo, tem como objeto social a construção, operação e exploração do potencial de energia hidráulica localizada no rio Araguari e Ferreira Gomes, no Estado do Amapá, bem como das respectivas Instalações de Transmissão de Interesse Restrito à Central geradora.

O mapa a seguir ilustra a localização do empreendimento:



A Companhia conta com três unidades geradoras de energia, cuja entrada em operação são apresentadas a seguir:

Unidades geradoras	Início da operação comercial	Início da operação comercial conforme contrato de concessão	Dispacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

2. Governança corporativa

A Ferreira Gomes pauta o desenvolvimento de suas atividades em elevados padrões de governança corporativa, a fim de assegurar a transparência.

Estão incluídos na estrutura de governança corporativa da Companhia:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por três membros, eleitos na Assembleia Geral, com mandato de três anos, admitida a reeleição por igual período.

Diretoria estatutária

A diretoria estatutária exerce a gestão dos negócios, seguindo as estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, e é composta pelos diretores:

- (i) administrativo financeiro;
- (ii) de relações com investidores, e
- (iii) técnico.

Conselho fiscal

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia poderá ter um conselho fiscal não permanente, o qual exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, nos casos previstos em lei. O Conselho Fiscal será composto por três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do conselho fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

3. Desempenho econômico-financeiro
(Em milhares de reais, exceto percentuais)

	31/12/2015	31/12/2014	Variação %
Receita operacional bruta	155.071	87.654	76,9%
(-) Deduções da receita operacional	(15.885)	(3.891)	308,2%
Receita operacional líquida	139.186	83.763	66,2%
(-) Custos operacionais	(100.596)	(8.222)	1123,5%
Lucro bruto	38.590	75.541	-48,9%
(-) Despesas/receitas operacionais	(2.893)	(1.469)	96,9%
(-) Despesas/receitas financeiras	(62.179)	(25)	248616,0%
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	(26.482)	74.047	-135,8%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(4.591)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.879	-	100,0%
Lucro (Prejuízo) do exercício	(17.603)	69.456	-125,3%
Ativo total	1.648.882	1.681.663	-1,9%
Investimentos	1.564.930	1.577.973	-0,8%

Comentários relevantes

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia encontra-se em operação plena de suas atividades, por essa razão a receita operacional bruta apresenta 76,9% de variação se comparada ao mesmo período de 2014. Os custos operacionais do período apresentam-se em linha com a receita operacional bruta. Vale destacar que em 28 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL o interesse pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92. Em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes. O registro contábil teve efeito de reversão na conta de energia comprada para revenda e consistiu em crédito à ser compensado ao longo do tempo, no curto e longo prazo, na conta de Despesa de Seguro Antecipada. O montante repactuado na data de 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 16.795 para UHE Ferreira Gomes, sendo que os mesmos serão amortizados no prazo de 13 anos e 3 meses.

O resultado financeiro do período apresenta-se em linha com a receita operacional bruta.

As datas de entrada em operação das três turbinas do empreendimento foram detalhadas no item 1 deste relatório.

Não houve imposto de renda e contribuição social correntes pois a Companhia auferiu prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Dado que a Ferreira Gomes Energia S.A. ser uma “SPE” sociedade de propósito específico, não houveram investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas.

Os recursos para implantação, construção e operação da UHE foram provenientes da acionista Alupar Investimentos S.A., e de empréstimos, financiamentos e emissão de debêntures.

EBITDA

(Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(17.603)	69.456
(+) Resultado financeiro	62.179	25
(+) Depreciação e amortização	36.116	2.416
(+) IR/CS correntes	-	4.591
(-) IR/CS diferidos	(8.879)	(499)
(=) EBITDA	71.813	75.989

Endividamento

(Em milhares de reais, exceto índice de endividamento líquido)

	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(45.534)	(33.722)
Não circulante	(681.214)	(681.042)
Dívida total	(726.748)	(714.764)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	28.774	28.897
Dívida líquida	(697.974)	(685.867)
Patrimônio líquido	809.012	643.455
Índice de endividamento líquido	0,86	1,07

4. Capital humano

Em consonância aos objetivos estratégicos estabelecidos, a Companhia promove o desenvolvimento profissional e a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores por meio de ações e concessão de benefícios, com um relacionamento claro e transparente, e com o envolvimento dos colaboradores para que entendam seu papel no cumprimento das metas.

O capital humano constitui ferramenta valiosa para o sucesso dos negócios da Companhia, e em 31 de dezembro de 2015 a Ferreira Gomes Energia S.A. mantinha no seu quadro 21 colaboradores.

5. Responsabilidade sócioambiental

A Ferreira Gomes Energia S.A tem um comprometimento social e acredita na construção de uma sociedade mais justa e humana. Desta forma, está engajada no desenvolvimento de projetos sociais que levam melhorias significativas às vidas dos membros da comunidade onde atua, tais como: centros voltados à criação artística, incentivo cultural, desenvolvimento social e desenvolvimento econômico.

Abaixo destacamos os principais projetos implantados:

- Programa de Resgate de Fauna;
- Programa de Resgate de Ictiofauna e Programa de Resgate de Invertebrados Aquáticos;
- Programa de Controle Ambiental da Obra;
- Programa de Qualificação de mão de obra e estágio para jovens;

Programa de Apoio a Projetos Esportivos e Culturais;
Programa de Apoio ao Turismo Sustentável em Ferreira Gomes;
Programa de Apoio aos Agricultores Familiares e Comunidades Ribeirinhas;
Programa de Monitoramento de Vetores e Controle da Malária;
Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias;
Programa de Apoio ao Turismo Sustentável em Ferreira Gomes;
Programa de Apoio à Elaboração de Planos Diretores de Ferreira Gomes e Porto Grande;
Programa de Gestão Socioambiental Integrada.

Abaixo destacamos os principais projetos em andamento:

Programa de Incentivo à Pesquisa;
Programa de Monitoramento da Qualidade de Água;
Programa de Apoio a Descentralização da Gestão Ambiental em Ferreira Gomes e Porto Grande;
Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico;
Programa de Monitoramento Limnológico;
Programa de Monitoramento de Peixes e Invertebrados Aquáticos;
Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico e Meteorológico;
Programa de Desenvolvimento de Fornecedores locais;
Programa Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial (PACUERA);
Programa de Suporte à Implantação do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Araguari;
Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.

6. Auditoria Independente

Em 14 de abril de 2014, a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) celebrou com Ferreira Gomes Energia S.A. (“Companhia”), o “Contrato Global para Prestação de Serviços de Auditoria”, durante o período de 03(três) anos.

Nesse sentido, para o exercício social a findar-se em 31 de dezembro de 2015, bem como as informações trimestrais, foram contratados os seguintes serviços: (i) revisão das informações trimestrais – ITRs da Companhia, preparadas de acordo com as regras da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e cujas informações financeiras serão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2015, com a emissão de relatório de revisão sobre essas informações trimestrais - ITRs; (ii) leitura do Formulário de Referência; e (iv) Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia, a serem preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com a emissão de um relatório de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Mensagem final

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da
Ferreira Gomes Energia S.A
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da Ferreira Gomes Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

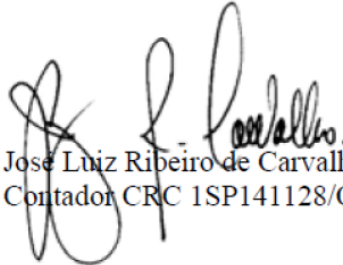
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferreira Gomes Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Outros assuntos***Demonstrações do valor adicionado***

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 01 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Ferreira Gomes Energia S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Ativo			
Circulante		58.586	102.730
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.184	28.897
Títulos e valores mobiliários	6	24.590	-
Contas a receber de clientes	7	26.270	73.055
Devedores diversos		167	104
Despesas pagas antecipadamente	8	2.232	270
Tributos e contribuições sociais a compensar	9	1.143	404
Não circulante		1.590.296	1.578.933
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	9.838	960
Despesas pagas antecipadamente	8	15.528	-
Imobilizado	11	1.552.571	1.565.579
Intangível	12	12.359	12.394
Total do ativo		1.648.882	1.681.663
Passivo			
Circulante		112.571	154.164
Fornecedores	13	15.258	14.855
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14.a	45.534	33.722
Salários e férias a pagar		143	889
Tributos e contribuições sociais a recolher	9	3.604	11.671
Uso do bem público	12	1.194	1.194
Provisão para constituição de ativos	15	34.698	77.045
Provisão para gastos ambientais	16	10.816	7.768
Encargos setoriais		1.317	690
Credores diversos		7	6.330
Não circulante		727.299	884.044
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14.a	681.214	681.042
Adiantamento para futuro aumento de capital - Partes relacionadas	18.1	24.752	183.160
Provisão para contingências	17	1.092	79
Provisão para gastos ambientais	16	11.044	9.292
Uso do bem público	12	9.197	10.471
Patrimônio líquido		809.012	643.455
Capital social	19.1	759.242	576.082
Reserva de lucros		49.770	67.373
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.648.882	1.681.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ferreira Gomes Energia S.A.

Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receita operacional líquida	21	<u>139.186</u>	<u>83.763</u>
Custos operacionais	22	<u>(100.596)</u>	<u>(8.222)</u>
Energia Elétrica comprada para revenda		(32.629)	-
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST		(19.222)	(5.835)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(5.107)	-
Outros custos operacionais		(7.881)	(80)
Depreciação e amortização	11 e 12	(35.382)	(2.245)
Uso do bem público - UBP	12	(375)	(62)
Lucro bruto		<u>38.590</u>	<u>75.541</u>
(Despesas) receitas operacionais	22	<u>(2.893)</u>	<u>(1.469)</u>
Administrativas e gerais		(1.979)	(1.360)
Depreciação e amortização	11 e 12	(359)	(109)
Pessoal		(704)	-
Honorários da diretoria e conselho de administração		(140)	-
Outras receitas		289	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		<u>35.697</u>	<u>74.072</u>
Resultado financeiro	23	<u>(62.179)</u>	<u>(25)</u>
Despesa financeira		(64.952)	(30)
Receita financeira		2.773	5
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda		<u>(26.482)</u>	<u>74.047</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	-	(4.591)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	<u>8.879</u>	<u>-</u>
Lucro (prejuízo) do exercício		<u>(17.603)</u>	<u>69.456</u>
Resultado básico e diluído por ação - R\$	20	<u>(0,026)</u>	<u>0,158</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ferreira Gomes Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro (prejuízo) do exercício	<u>(17.603)</u>	<u>69.456</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(17.603)</u>	<u>69.456</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ferreira Gomes Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Especial para dividendos não distribuídos	Reserva de lucros retidos	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	314.081	-	-	-	(2.083)	311.998
Integralização de capital conforme AGE de 10/07/2014	262.001	-	-	-	-	262.001
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	69.456	69.456
Reserva Legal	-	3.369	-	-	(3.369)	-
Dividendos obrigatórios não distribuídos	-	-	16.001	-	(16.001)	-
Reserva de lucros	-	-	-	48.003	(48.003)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	576.082	3.369	16.001	48.003	-	643.455
Integralização de AFAC	183.160	-	-	-	-	183.160
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(17.603)	(17.603)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	759.242	3.369	16.001	48.003	(17.603)	809.012

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ferreira Gomes Energia S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(26.482)	74.047
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	11 e 12	36.116	2.416
Encargos de dívidas	14.b	58.593	-
Outras variações monetárias líquidas		67	-
Descontos financeiros obtidos		(27)	-
Baixa de ativo imobilizado	11	1.078	30
Impostos diferidos		(8.879)	-
		60.466	76.493
(Aumento) redução no ativo			
Contas a receber de clientes		46.785	(73.055)
Tributos e contribuições sociais a compensar		(739)	647
Despesas pagas antecipadamente		(17.481)	(239)
Outros ativos circulantes		(71)	-
		28.494	(72.647)
Aumento (redução) no passivo			
Fornecedores		403	-
Partes relacionadas - Reembolso com implantação do empreendimento		-	(3.379)
Encargos setoriais		560	690
Salários, férias a pagar		(1.162)	-
Provisão para compensação ambiental		4.800	-
Provisão para constituição de ativos		(42.347)	-
Tributos e contribuições sociais a recolher		1.227	(78)
Contingências		1.013	-
Outros passivos circulantes		(6.295)	-
Outros passivos não circulantes		(1.274)	-
		(43.075)	(2.767)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		45.885	1.079
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações em títulos e valores mobiliários	6	(24.590)	-
Adições no imobilizado	11	(10.377)	(222.982)
Adições no intangível	12	(989)	(138)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(35.956)	(223.120)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital	18.1	24.752	183.161
Empréstimos, financiamento e debêntures captados	14.b	-	395.577
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	14.b	(30.226)	(320.607)
Amortização de juros s/ empréstimos, financiamentos e debêntures	14.b	(29.168)	(33.271)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos		(34.642)	224.860
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(24.713)	2.819
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício		28.897	26.078
Saldo no final do exercício		4.184	28.897
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(24.713)	2.819

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ferreira Gomes Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Receitas			
Suprimento de energia e Ajuste positivo CCEE	21	155.071	87.654
Outras receitas		289	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Energia Elétrica comprada para revenda		(32.629)	-
Encargos do uso da rede elétrica (CUST)		(19.222)	(5.835)
Despesas gerais e administrativas		(205)	(969)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(5.107)	-
Serviços de terceiros		(6.440)	(382)
Materiais		(325)	(9)
Outros custos operacionais		(2.062)	(80)
		(65.989)	(7.275)
(-) Quotas de reintegração (depreciação e amortização)			
	11 e 12	(36.116)	(2.416)
Valor adicionado recebido em transferência			
Receita financeira		2.773	5
Valor adicionado a distribuir		56.028	77.968
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		608	-
Benefícios		214	-
Auxílio alimentação		79	-
Assistência médica e odontológica		124	-
Vale Transporte		1	-
Outros(educação continuada)		10	-
FGTS		195	-
		1.017	-
Impostos, taxas e contribuições			
Federais			
INSS		213	-
Encargos setoriais - Pesquisa e desenvolvimento - P&D		1.815	690
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	4.591
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(8.879)	-
PIS e COFINS		14.072	3.201
Outros impostos e taxas		248	-
		7.469	8.482
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros s/ empréstimos, financiamentos e debêntures		59.726	-
Aluguéis		190	-
Outras despesas financeiras		5.229	30
		65.145	30
Remuneração de capitais próprios			
Lucro (prejuízo) do exercício		(17.603)	69.456
		(17.603)	69.456
		56.028	77.968

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Ferreira Gomes Energia S.A. (“Ferreira Gomes”, “FGE” ou a “Companhia”) foi constituída no dia 10 de agosto de 2010 com o propósito específico de construir, operar e explorar o potencial de energia hidráulica do rio Araguari, no Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá, denominado Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes com potência mínima instalada de 252 MW, bem como das instalações de transmissão de interesse restrito a usina hidrelétrica e a comercialização ou a utilização da energia elétrica produzida.

A sede da Companhia está localizada na Rua Gomes de Carvalho nº 1996, 15º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A acionista controladora da Ferreira Gomes Energia S.A. é a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), com sede em São Paulo.

A Companhia foi vencedora do leilão de energia nova 003/2010 cuja contratação foi feita no Ambiente de Comercialização Regulado ACR, assinando a Companhia contrato de compra e venda de energia com 27 distribuidoras que participaram do leilão.

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 02/2010-MME-UHE-Ferreira Gomes de 09 de novembro de 2010, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão de serviço de geração de energia elétrica pelo prazo de 35 anos. A Companhia efetua mensalmente o pagamento pelo uso do bem público conforme descrito na nota explicativa nº 12.

A Companhia está em plena operação comercial, porém merece destaque que antecipou a entrada em operação de duas unidades geradoras conforme abaixo:

Unidades geradoras	Ínicio da operação comercial	Ínicio da operação comercial conforme contrato de concessão	Despacho ANEEL	Potência instalada	Garantia física
1ª	04 de novembro de 2014	30 de dezembro de 2014	nº 4.297	84 MW (megawatts)	71,6 MW (megawatts)
2ª	17 de dezembro de 2014	28 de fevereiro de 2015	nº 4.815	84 MW (megawatts)	47,6 MW (megawatts)
3ª	30 de abril de 2015	30 de abril de 2015	nº 1.271	84 MW (megawatts)	33,9 MW (megawatts)
				<u>252 MW (megawatts)</u>	<u>153,10 MW (megawatts)</u>

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações contábeis

A autorização para conclusão das demonstrações contábeis da Companhia foi efetuada em Reunião de Diretoria realizada em 01 de março de 2016.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board*

(IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, IFRS e outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

3.1.1 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

3.1.2 Contas a receber de clientes

A Companhia classifica os saldos de contas a receber de clientes como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. Em 31 de dezembro de 2015 a administração avaliou não ser necessária a constituição de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.1.4 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.5 Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2015 e 2014, incluindo operações de *hedge*.

3.2 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é mais provável que não, que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.3 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado. Posteriormente são mantidos ao custo amortizado.

Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.4 Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5 Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, mais juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 474/2012.

3.6 Intangível

Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização.

Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação - LI, a valor presente, e a contrapartida na conta de ativo intangível. O valor do UBP é trazido a valor presente até a data de entrada em operação, atualizado anualmente utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

3.7 Tributação

3.7.1 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.7.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro real.

3.7.1 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

3.9 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas à título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

3.10 Reconhecimento da receita

3.10.1 *Receita de geração de energia elétrica*

A Companhia reconhece a receita de venda de energia elétrica no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração da energia entregue, conforme as bases contratadas ocorrem em bases mensais.

3.10.2 *Receita de juros*

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.11 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Pronunciamentos novos ou revisados

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016. A companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis, e não planeja adotar essas normas de maneira antecipada.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	31/12/2015	31/12/2014
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>			
Fundo fixo		-	20
Banco conta movimento		2.324	10.315
Aplicações financeiras de liquidez imediata	20% do CDI	2	1.530
Certificados de depósitos bancários	De 85 a 100% do CDI	1.858	17.032
		4.184	28.897

A aplicação financeira de liquidez imediata refere-se a uma aplicação automática vinculada a conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

Certificados de depósitos bancários – CDB’s, realizado com instituições do mercado financeiro nacional, sendo remunerada pelas variações de 85% a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) em 31 de dezembro de 2015, e 90% do CDI em 31 de dezembro de 2014.

6 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2015	31/12/2014
<u>Títulos e valores mobiliários</u>		
Ativo circulante	24.590	
	24.590	-

Este saldo refere-se a garantia do contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para implantação da UHE Ferreira Gomes Energia S.A., estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva do BNDES, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato no caso de insuficiência de saldo de recursos na conta centralizadora.

7 Contas a receber de clientes

O saldo de 31 de dezembro de 2015 é substancialmente constituído pelos valores faturados nos meses de novembro e dezembro, e que terão sua liquidação janeiro de 2016. Cabe ressaltar que os valores faturados de suprimento de energia elétrica são recebidos em 3 parcelas decendiais que são liquidadas a partir dos dias 15, 25 e 05 dos meses subsequentes ao fato gerador, conforme definido no contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado - CCEAR’s.

	31/12/2015	31/12/2014
<u>Ativo circulante</u>		
Suprimento de energia elétrica - ambiente regulado	19.666	-
Suprimento de energia elétrica - ambiente livre	6.604	73.055
	26.270	73.055

8 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2015	31/12/2014
<u>Ativo circulante</u>		
Adiantamentos para viagens	10	-
Prêmio de seguros - diversos	955	270
Prêmio de seguros - risco hidrológico	1.267	-
	2.232	270
<u>Ativo não circulante</u>		
Prêmio de seguros - risco hidrológico	15.528	-
	15.528	-
	17.760	270

Em 28 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL o interesse pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 92. Em 19 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Ferreira Gomes.

A postergação do pagamento do prêmio de risco para fazer frente aos efeitos de 2015 é de 13 anos e 3 meses a partir de janeiro de 2016, com início de pagamento de prêmio a partir de 01 de abril de 2029 à CCRBT – Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias e término em 31 de dezembro de 2044. (data de término do suprimento dos CCEARs).

O registro consistiu na criação de uma Despesa antecipada em contrapartida à redução do custo de energia comprada para revenda no resultado. O montante repactuado na data de 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 16.795 segregado entre circulante e não circulante.

9 Tributos e contribuições sociais

Conforme determinações legais, a Companhia efetuou retenções na fonte e antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais. Os saldos destes tributos e contribuições sociais estão assim constituídos:

<u>Ativo circulante</u>	31/12/2015	31/12/2014
<u>Tributos e contribuições sociais a compensar</u>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	652	-
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	73	64
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	134	135
Imposto sobre Serviços - ISS	102	101
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4	4
Pis/Cofins/Contr.Social (lei 10.833/2003)	178	100
	<u>1.143</u>	<u>404</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u>		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10	242
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	133	628
Imposto sobre Serviços - ISS	142	414
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	2.434	2.476
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	-	3.060
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	1.453
Programa de Integração Social - PIS	150	570
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	698	2.629
Outros	37	199
	<u>3.604</u>	<u>11.671</u>

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Composição dos tributos por exercício

Exercício findo em 2010	(82)
Exercício findo em 2011	(667)
Exercício findo em 2012	(702)
Exercício findo em 2013	(1.523)
Exercício findo em 2014 - lucro presumido	-
Exercício findo em 2015	(25.962)
	<u>(28.936)</u>

	Imposto de Renda Diferido	Contribuição Social Diferida	
b) Base de Cálculo IR e CSLL	<u>(28.936)</u>	<u>(28.936)</u>	
Imposto de renda diferido	7.234	-	7.234
Contribuição social diferido	-	2.604	2.604
Total IRPJ e CSLL Diferido	7.234	2.604	9.838

Este saldo foi composto por prejuízos acumulados conforme demonstrado acima, o qual a sua recuperabilidade, está suportada por projeções aprovadas pela Administração quanto à evolução positiva dos resultados futuros da Companhia que preveem que a realização do IR/CSLL diferidos em seus próximos exercícios.

	Saldo de Tributo Diferido em 2015	2016	2017	2018	2019	Saldo
Compensação de Preuízo Fiscal	(28.936)	6.209	7.828	9.867	5.032	-
Imposto de renda diferido	7.234	(1.552)	(1.957)	(2.467)	(1.258)	-
Contribuição social diferido	2.604	(559)	(705)	(888)	(453)	-
	9.838	(2.111)	(2.662)	(3.355)	(1.711)	-

11 Imobilizado

As adições registradas no ativo imobilizado no período findo em 31 de dezembro de 2015 representam, substancialmente investimentos em materiais, equipamentos, serviços e os correspondentes encargos sobre empréstimos vinculados à construção, destinados à implantação e finalização da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Os registros contábeis respeitam as instruções, conceitos e normas específicas vinculadas ao serviço outorgado de energia elétrica. O imobilizado está constituído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2015:

	Taxa média anual de depreciação	Saldo em 31/12/2014	Adições	Transferência entre contas do Ativo Imobilizado	Transferência de vido Unitização	Reclassificação para intangível	Baixas	Saldo em 31/12/2015
Imobilizado em serviço								
Terrenos		16.715	-	-	-	-	(7)	16.708
Reservatórios, barragens e adutoras	2,15%	790.885	-	-	24.735	-	-	815.620
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,44%	152.816	-	(13.095)	969	-	(44)	140.646
Máquinas e equipamentos	2,37%	227.265	83	11.478	362.296	-	-	601.122
Veículos	14,30%	-	10	923	-	-	-	933
Móveis e utensílios	6,47%	1.203	33	1.176	14	-	-	2.426
Benfeitorias em bens de terceiros		956	-	-	-	(956)	-	-
Total do imobilizado em serviço		1.189.840	126	482	388.014	(956)	(51)	1.577.455
(-) Depreciação acumulada								
Reservatórios, barragens e adutoras		(1.404)	(17.519)	-	-	-	-	(18.923)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(309)	(3.425)	-	-	-	-	(3.734)
Máquinas e equipamentos		(563)	(14.234)	-	-	-	-	(14.797)
Veículos		-	(132)	(421)	-	-	-	(553)
Móveis e utensílios		(6)	(157)	-	-	-	-	(163)
Benfeitorias em bens de terceiros		(375)	-	-	-	375	-	-
Total da depreciação acumulada		(2.657)	(35.467)	(421)	-	375	-	(38.170)
Total do ativo imobilizado em serviço		1.187.183	(35.341)	61	388.014	(581)	(51)	1.539.285
Imobilizado em curso								
Reservatórios, barragens e adutoras		-	363	-	(363)	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias		2.932	18.814	-	(21.746)	-	-	-
Máquinas e equipamentos		87.520	4.808	-	(92.328)	-	-	-
Veículos		2.535	(93)	(502)	-	-	(1.007)	933
Móveis e utensílios		13	2	-	(15)	-	-	-
A ratear (1)		150.374	24.455	22.730	(197.539)	-	(20)	-
Juros capitalizados (3)		28.839	12.242	-	(41.081)	-	-	-
Programas socioambientais		22.289	-	(22.289)	-	-	-	-
Material em depósito		4.140	131	-	(4.271)	-	-	-
Adiantamento a fornecedor		48.232	(37.819)	-	-	-	-	10.413
Depósitos judiciais		893	1.047	-	-	-	-	1.940
Estudos e projetos (2)		30.629	42	-	(30.671)	-	-	-
Total do ativo imobilizado em curso		378.396	23.992	(61)	(388.014)	-	(1.027)	13.286
Total do imobilizado		1.565.579	(11.349)	-	-	(581)	(1.078)	1.552.571

- (1) Imobilizado em curso – a ratear: são registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não sejam passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, foram rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.

- (2) Estudos e projetos: referem-se aos gastos incorridos com levantamentos topográficos, geodésicos, projetos executivos, hidráulicos dentre outros que fazem parte do projeto de implantação da usina.
- (3) Juros capitalizados: a Companhia agregou, durante do todo o período de implantação do empreendimento, ao custo de construção do ativo imobilizado em curso, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os juros capitalizados acumulados até 30 de junho de 2015, (período em que foi finalizada a unitização) são de R\$ 162.906, líquido das receitas geradas pelas aplicações que excedem o caixa em R\$ 9.922.

12 Intangível

	Taxa média anual de amortização	Saldo em 31/12/2014	Adições	Reclassificação conta imobilizado	Saldo em 31/12/2015
Intangível em serviço					
Uso do bem público	3,18%	11.769	-	-	11.769
Sotfware	19,33%	699	33	-	732
Outros intangíveis	13,81%	-	-	956	956
Total intangível em serviço		12.468	33	956	13.457
(-) Amortização acumulada					
Uso do bem público		(62)	(375)	-	(437)
Sotfware		(12)	(142)	-	(154)
Outros intangíveis		-	(132)	(375)	(507)
Total amortização		(74)	(649)	(375)	(1.098)
Total do intangível		12.394	(616)	581	12.359

Uso do bem público - conforme estabelecido no contrato de concessão a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual de R\$ 927, valor original, a partir de 04 de novembro de 2014, data de início da operação comercial da 1ª unidade geradora da UHE, até o 35º ano da concessão (11/2045). A obrigação registrada na contabilidade refere-se ao pagamento total da dívida, e este montante trazido a valor presente, e atualizado anualmente, utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

13 Fornecedores

	31/12/2015	31/12/2014
Custo do uso do serviço de transmissão - CUST	1.919	3.015
Materiais e serviços	13.339	11.840
Total	15.258	14.855

14 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostos da seguinte forma:

	31/12/2015			31/12/2014			
	Encargos	Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante							
BNDES - Subcrédito A	2,34% + TJLP	14.359	784	15.143	9.189	3.366	12.555
BNDES - Subcrédito B	2,34% + TJLP	5.683	312	5.995	3.637	1.332	4.969
BNDES - Subcrédito C	2,34% + TJLP	642	34	676	414	73	487
BNDES - Subcrédito D	2,5%	24.705	191	24.896	16.271	928	17.199
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	-	383	383	-	-	-
(-) custo de captação - a amortizar		(1.559)	-	(1.559)	(1.488)	-	(1.488)
Total		43.830	1.704	45.534	28.023	5.699	33.722
Moeda nacional - não circulante							
BNDES - Subcrédito A	2,34% + TJLP	205.822	-	205.822	211.351	-	211.351
BNDES - Subcrédito B	2,34% + TJLP	81.462	-	81.462	83.651	-	83.651
BNDES - Subcrédito C	2,34% + TJLP	9.191	-	9.191	9.512	-	9.512
BNDES - Subcrédito D	2,5%	148.228	-	148.228	170.845	-	170.845
3º emissão de debêntures	6,47% + IPCA	254.137	312	254.449	221.404	2.682	224.086
(-) custo de captação - a amortizar		(17.938)	-	(17.938)	(18.403)	-	(18.403)
Total		680.902	312	681.214	678.360	2.682	681.042
Total geral		724.732	2.016	726.748	706.383	8.381	714.764

Em 28 de dezembro de 2012 a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 12.2.1390-1, no montante de R\$ 470.610. Até 31 de dezembro de 2015 foram liberados o montante de R\$ 468.310. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,34% ao ano + TJLP (referente aos subcréditos A, B e C), sendo que a primeira amortização iniciou-se em 15 de maio de 2015 e a última será em 15 de abril de 2031; juros de 2,50% ao ano (referente ao subcrédito D) cuja a primeira amortização iniciou-se em 15 de maio de 2015 e a última será 15 de dezembro de 2022. Os juros incorridos do contrato de financiamento do BNDES, foram incorporados ao principal trimestralmente, nos dias 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano até abril de 2015. Em 31 de dezembro de 2015 foi incorporado o montante de R\$ 53.610 (R\$ 25.532 até 31 de dezembro de 2014).

O contrato com BNDES estabelece apuração anual de cláusulas restritivas, as quais institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, as seguintes condições financeiras:

- manter Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo: 1,3 ou 1,2 caso a Companhia tenha emitido debêntures não conversíveis em ações no valor correspondente a no mínimo 50%

do valor máximo estabelecido para o respectivo perfil de emissão, e, ainda, enquanto tais debêntures estiverem em circulação.

Em 31 de dezembro de 2015 a companhia atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

As garantias dadas em função do contrato com o BNDES estão abaixo descritas:

- Garantias ofertadas pela Ferreira Gomes:

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios emergentes do Contrato de Concessão, compreendendo mas não se limitando a:

- (a) O direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, seja ou venham a se tornar exigíveis e pendentes de pagamento pelo Poder Concedente à Ferreira Gomes Energia S.A., incluindo o direito de receber todas as indenizações pela extinção da concessão;
- (b) Os direitos creditórios da Ferreira Gomes Energia S.A. provenientes dos Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (CCVE) a serem celebrados no ambiente de contratação livre (ACL), e de quaisquer outros contratos supervenientes da comercialização de energia elétrica firmados pela mesma, inclusive a totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Companhia;
- (c) As garantias constantes do CCEARs, dos CCVEs e de quaisquer outros contratos supervenientes de comercialização de energia elétrica firmados pela Ferreira Gomes Energia S.A.;
- (d) Os direitos creditórios das seguintes contas: Contra Centralizadora, Conta Reserva do BNDES, Conta Reserva de O&M e Conta Seguradora; e
- (e) Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, da FGE, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do Contrato de Concessão ou decorrentes da venda de energia elétrica.

- Garantia prestada pela Alupar Investimento S.A.:

Penhor da totalidade de ações de sua propriedade e de emissão da Ferreira Gomes Energia S.A.

Em 15 de junho de 2014 foi efetuada a terceira emissão de R\$ 210.900 debêntures, (210.900 duzentos e dez mil e novecentos debêntures simples não conversíveis em ações com valor unitário de R\$ 1), os recursos foram transferidos para a Companhia no dia 01 de agosto de 2014. A Alupar é garantidora da Companhia. A remuneração das debêntures contempla juros de 6,4686% ao ano, incidente sobre o valor nominal unitário pelo IPCA, base de 252 dias.

Conforme previsto em escritura, os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de 2015 a 2017. Em 15 de junho de 2015 a Companhia realizou o primeiro pagamento semestral dos juros remuneratórios. Durante o período de carência a Companhia desembolsará o montante referente a 55% dos juros remuneratórios provisionados sendo que os outros 45% serão incorporados ao valor principal da dívida, e quando o montante de juros correspondente a parcela da TJLP vier a exceder os 6% ao ano, este valor também será

incorporado ao principal, fato que ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Até o período findo em 31 de dezembro de 2015 foram incorporados o montante de R\$ 20.642. Em 15 de dezembro de 2017 ocorrerá a liquidação de 100% dos juros remuneratórios provisionados e a primeira amortização do valor nominal unitário atualizado das debêntures. As amortizações são semestrais e o vencimento da dívida se dará em 15 de dezembro de 2027. De acordo com cláusula V, item 5.8 do Instrumento Particular de Escritura da 3º emissão de Debentures, não haverá repactuação programada das Debêntures.

As debêntures possuem cláusulas restritivas (“covenants”) a serem apuradas trimestralmente com base nas informações da Companhia e apresentadas ao agente fiduciário (Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), tais cláusulas instituem que a Companhia deverá:

- comprovar Índice de Capital Próprio (Patrimônio Líquido/Ativo Total) igual ou superior a 20%; e
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,20 (um inteiro e vinte centésimos).

Em 31 de dezembro de 2015 a empresa atendeu o Índice de Capitalização (ICP) e o do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

- a. As movimentações de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2014	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização	31/12/2015
Moeda nacional					
BNDES - Subcrédito A	223.906	-	18.868	(21.808)	220.966
BNDES - Subcrédito B	88.620	-	7.469	(8.633)	87.456
BNDES - Subcrédito C	9.999	-	843	(974)	9.868
BNDES - Subcrédito D	188.044	-	4.602	(19.522)	173.124
3º emissão de debêntures	224.086	-	39.204	(8.457)	254.833
(-) custo de captação - a amortizar	(19.891)	(1.133)	1.525	-	(19.499)
Total	714.764	(1.133)	72.511	(59.394)	726.748

	31/12/2013	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização	31/12/2014
Moeda nacional					
BNDES - Subcrédito A	208.390	-	15.516	-	223.906
BNDES - Subcrédito B	82.479	-	6.141	-	88.620
BNDES - Subcrédito C	4.194	5.487	318	-	9.999
BNDES - Subcrédito D	161.997	21.887	4.160	-	188.044
BTG - Nota promissória	-	175.000	3.801	(178.801)	-
2º emissão de debêntures	166.312	-	10.158	(176.470)	-
3º emissão de debêntures	-	210.900	13.186	-	224.086
(-) custo de captação - a amortizar	(3.587)	(17.697)	-	1.393	(19.891)
Total	619.785	395.577	53.280	(353.878)	714.764

- b. Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos de dívidas e custo de captação, classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total
Principal e encargos	46.407	47.933	52.513	56.839	495.460	699.152
(-) custo de captação a amortizar	(1.559)	(1.559)	(1.559)	(1.559)	(11.702)	(17.938)
	<u>44.848</u>	<u>46.374</u>	<u>50.954</u>	<u>55.280</u>	<u>483.758</u>	<u>681.214</u>

15 Provisão para constituição de ativos

Natureza	31/12/2015	Realizações	Adições	31/12/2014
Máquinas e equipamentos	21.932	(20.888)	5.544	37.276
Montagem	5.992	(5.281)	1.469	9.804
Obras civis	6.774	(41.396)	18.933	29.237
Outros	-	(736)	8	728
Total	<u>34.698</u>	<u>(68.301)</u>	<u>25.954</u>	<u>77.045</u>

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma, de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, onde sua contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso.

16 Provisão para gastos ambientais

	31/12/2015	Realizações	Adições	31/12/2014
Passivo circulante	10.816	(1.764)	4.812	7.768
Passivo não circulante	11.044	-	1.752	9.292
Total	<u>21.860</u>	<u>(1.764)</u>	<u>6.564</u>	<u>17.060</u>

A Companhia realiza investimentos em programas, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades de implantação e construção da UHE e também realiza programas sociais no intuito de auxiliar no desenvolvimento da comunidade. O montante reconhecido foi estimado de forma confiável e é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação em 31 de dezembro de 2015. A contrapartida pela constituição dessas provisões foram registradas no ativo imobilizado.

17 Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

(A) Perda provável: Não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda provável resumem-se à 37 processos de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado de R\$ 1.092 (R\$ 79 em 31 de dezembro de 2014).

(B) Perda possível: Embora os processos classificados com esta probabilidade de perda possível não sejam provisionados pela Companhia, no período findo de 31 de dezembro de 2015 merecem destaques as seguintes demandas:

(i) Demandas Tributárias: Não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

(ii) Demandas Cíveis: Atualmente existem 7 processos de natureza cível, de valor em risco aproximado em R\$ 2.692, com natureza de risco possível de perda. Dentre eles, considera-se como relevantes os processos abaixo relacionados.

Ação Civil Pública nº 99563820104013100 proposta pelo Ministério Público Federal e pelo Ministério Público Estadual do Amapá, em face da Companhia, da Aneel, do Diretor-Presidente do IMAP (Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá) e da SEMA/AP - Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá. Trata-se de uma ação de obrigação de fazer e de não fazer para prevenção de danos ambientais envolvendo o licenciamento ambiental. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.400;

Ação Cautelar Inominada nº 00005352820158030006 proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá em face da Ferreira Gomes Energia S/A e outros com o objetivo de produção de provas e apuração de responsabilidade pelo incidente de inundação ocorrido na cidade de Ferreira Gomes/AP no dia 07 de maio de 2015. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.000; e

Ação Civil Pública nº 00016274120158030006 proposta pelo Ministério Público do Estado do Amapá, na qual requer a indenização em decorrência de supostos danos materiais e morais causados pela Ferreira Gomes Energia S/A ao meio ambiente. Não há valor em risco envolvido.

(iii) Demandas Trabalhistas: Atualmente existem 27 processos de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado em R\$ 2.085, com natureza de risco possível de perda.

(iv) Demandas Arbitrais: Existe um procedimento arbitral com probabilidade de perda possível, a saber;

Procedimento Arbitral nº 21212/ASM, Instaurado pela TSK Energia Desenvolvimento Ltda, em face da Ferreira Gomes Energia S.A. em tramite perante a Corte internacional de Comércio (“ICC” – International Chamber of Arbitration). Trata-se de procedimento arbitral para dirimir controvérsia decorrente de “Contrato de empreitada total e prazo determinado para a execução das montagens dos equipamentos eletromecânicos, hidromecânicos, sistemas e instalações” da UHE Ferreira Gomes. O valor em risco não pode ser estimado.

(v) Demandas Ambientais: Existem 2 Autos de Infração com probabilidade de perda possível, o qual transcrevemos abaixo:

Auto de Infração Ambiental nº 013596, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 20.000.

Auto de Infração Ambiental nº 014689, lavrado pelo Instituto do Meio Ambiente e Ordenamento Territorial no Estado do Amapá – IMAP, por ter a empresa, supostamente, provocado alterações sensíveis no meio ambiente, culminando na mortandade de espécies da fauna aquática do rio Araguari. O valor em risco aproximado é de R\$ 30.000.

(vi) Demandas Regulatórias: atualmente a Companhia é Parte em processos de ordem regulatória, valendo mencionar o seguinte:

Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 0076295-10.2014.4.01.3400, atualmente a Companhia detém liminar em ação ordinária proposta por Associação de Classe (APINE) contra a União Federal, impedindo a aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. O valor de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado na Companhia, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$2.108.

18 Partes relacionadas

18.1 Transações com partes relacionadas

Os contratos celebrados ou que possam vir a ser celebrados com partes relacionadas, são avaliados a necessidade de pedido de anuência prévia à ANEEL, nos termos da Resolução Normativa nº 334, de 21 de outubro de 2008.

	31/12/2015	31/12/2014
<u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u>		
Adiantamento para futuro aumento de capital - Alupar Investimentos S.A (a)	24.752	183.160
	24.752	183.160

- a. A companhia necessitou de recursos por parte da acionista Alupar Investimento S.A, que foram aportados no período de 08 de setembro a 14 de dezembro de 2015, totalizando o montante de R\$ 24.752.

18.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2015
Alupar	26/12/2012	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES - Contrato 12.2.1390.1	Prestação de Garantias (Fiança Ordinária) Direito sobre os Recebíveis do Poder Concedente, Direitos Creditórios Contratos de Compra e Venda de Energia, Direitos Creditórios Conta Centralizadora, Conta Reserva BNDES, Conta Reserva O&M, Conta Seguradora.	28/12/2012	15/04/2031	470.610	491.414
Alupar	13/06/2011	Conselho de Administração	Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Supervisão de Comissionamento com a Voith CPS FG0115-11	Prestação de Garantias (Fiança)	05/05/2011	30/06/2017	161.000	4.830
Alupar	30/05/2014	Conselho de Administração	Debêntures - 3ª Emissão	Fiança, penhor de ações e cessão fiduciária	15/06/2014	15/12/2027	210.900	254.833
Alupar	31/07/2014	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 180833414 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fiança)	17/07/2015	17/07/2016	1.114	7
Alupar	24/11/2014	Conselho de Administração	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 181302814 - CUST 48/2013 (ONS)	Prestação de Garantias (Fianças)	02/12/2015	01/12/2016	2.270	35

18.3 Remuneração da alta administração

De acordo com o nosso Estatuto Social, é de responsabilidade da Assembléia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração bem como sua distribuição.

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores é dividida em uma remuneração fixa e, exclusivamente para os membros da Diretoria, uma parcela variável baseada no desempenho e alcance de metas.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizada em 16 de abril de 2015, os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos, a remuneração global da Diretoria no montante de até R\$ 1.272. Cabe ressaltar que os membros do Conselho de Administração não receberão remuneração.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 dezembro de 2014, a remuneração foi conforme abaixo

	31/12/2015	31/12/2014
Benefícios de curto prazo (a)	520	911
Benefícios pós-emprego	<u>6</u>	<u>25</u>
Total	<u>526</u>	<u>936</u>

- (a) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia, conforme AGE de 10 de julho de 2014 é de R\$ 700.000.

Em 03 de junho de 2015 a Companhia aumentou seu capital social em 159.660 (mediante subscrição de 159.660 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal), passando o mesmo de R\$ 576.082 para R\$ 735.742.

Em 09 de setembro de 2015 a Companhia aumentou seu capital social em 23.500 (mediante subscrição de 23.500 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal), passando o mesmo de R\$ 735.742 para R\$ 759.242.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	Quantidades de ações	
	31/12/2015	31/12/2014
Alupar Investimento S.A.	759.241.528	576.081.528
Membros do conselho de administração	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>759.241.529</u>	<u>576.081.529</u>

Reserva de Lucros

a. Reserva legal

- 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

•

b. Reserva especial para dividendos não distribuídos

- Reserva decorrente dos dividendos mínimos obrigatórios apurados em exercícios anteriores devidos aos acionistas da Companhia. Embora a Companhia tenha incorrido em lucro líquido no exercício findo de 2014, e tenha a prerrogativa de distribuir dividendos, observadas as disposições de seus contratos de financiamento e escritura de debêntures, os administradores recomendaram a não distribuição de dividendos em 2014 posto que, em tal exercício, a Companhia se encontrava em seu primeiro ano de operação comercial.

c. Lucros retidos

- Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

20 Resultado por ação

	31/12/2015	31/12/2014
Numerador		
Lucro (Prejuízo) do exercício	(17.603)	69.456
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	675.653.474	439.322.289
Resultado básico e diluído por ação ordinária	(0,026)	0,158

A Companhia não possui instrumentos diluidores, tais como, instrumentos conversíveis que foram convertidos, opções ou os bônus de subscrição que foram exercidos ou ações emitidas após a satisfação das condições especificadas.

21 Receita operacional líquida

	31/12/2015	31/12/2014
Receita Bruta		
Suprimento de energia e Ajuste positivo CCEE	155.071	87.654
	155.071	87.654
Deduções		
PIS - Programa de integração social	(2.510)	(571)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(11.562)	(2.630)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(1.393)	(690)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(420)	-
	(15.885)	(3.891)
Receita operacional líquida	139.186	83.763

22 Custos e despesas operacionais

	31/12/2015		31/12/2014	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis				
Encargos de uso da rede elétrica	(19.222)	-	(5.835)	-
Compensação financeira	(5.107)	-	-	-
Utilização do Bem Público - UBP	(375)	-	(62)	-
	(24.704)	-	(5.897)	-
Custos gerenciáveis				
Energia comprada para revenda	(32.629)	-	-	-
Seguros	(573)	-	-	-
Alugueis	(97)	(95)	-	-
Pessoal	(385)	(704)	-	-
Honorários da diretoria e conselho de administração	-	(140)	-	-
Material	(310)	(17)	-	(9)
Serviços de Terceiros	(5.680)	(1.867)	-	(1.350)
Provisão para contingências	(836)	-	(80)	-
Outras receitas	-	289	-	-
	(40.510)	(2.534)	(80)	(1.359)
Depreciação e Amortização	(35.382)	(359)	(2.245)	(110)
	(35.382)	(359)	(2.245)	(110)
Total	(100.596)	(2.893)	(8.222)	(1.469)

23 Resultado financeiro

	31/12/2015	31/12/2014
<u>Receitas financeiras</u>		
Receita de aplicações financeiras	1.806	5
Juros s/ faturas a receber em atraso	940	-
Outras receitas financeiras	27	-
	2.773	5
<u>Despesas financeiras</u>		
Encargos de dívidas	(59.725)	-
Outras despesas financeiras	(5.227)	(30)
	(64.952)	(30)
Resultado financeiro	(62.179)	(25)

24 Imposto de renda e contribuição correntes

	31/12/2015		31/12/2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Ajuste positivo CCEE	-	-	87.654	87.654
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
	-	-	7.012	10.518
Receita financeira	-	-	5.632	5.632
	-	-	12.644	16.150
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de Adicional IRPJ (Exceder R\$ 240/ano)	10%	-	10%	-
Total dos tributos correntes	-	-	3.137	1.454

25 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

25.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito por meio de aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha.

25.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Encontram-se a seguir um sumário, por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações contábeis.

	31/12/2015		31/12/2014		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	4.184	4.184	28.897	28.897	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	24.590	24.590	-	-	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	26.270	26.270	73.055	73.055	Nível II	Empréstimos e recebíveis
	55.044	55.044	101.952	101.952		
Passivo						
Fornecedores	15.258	15.258	14.855	14.855	Nível II	Empréstimos e recebíveis
Empréstimos, financiamentos e debêntures	726.748	726.748	714.764	714.764	Nível II	Empréstimos e recebíveis
	742.006	742.006	729.619	729.619		

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa, equivalentes de caixa, e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil; e
- Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar).

BNDES: em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

3º emissão de debêntures: O valor justo para as debêntures não possui diferença para o saldo contábil, uma vez que o valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no site (www.pentagontrustee.com.br), é o valor contábil.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o período findo em 31 de dezembro de 2015.

25.3 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No período findo em 31 de dezembro de 2015, não houveram transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

25.4 Informações sobre liquidez

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas a fim de identificar e analisar riscos enfrentados pela Companhia, e para estabelecer apropriados limites de riscos e monitorar controles e aderência aos limites. As políticas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

25.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros

Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 18 de dezembro de 2015, foi extraída a projeção dos indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável, a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Indexador	Posição em 31/12/2015	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		5,66%	8,49%	11,32%	14,15%	16,98%
Aplicações financeiras de liquidez imediata (equivalentes de caixa)	CDI 1.860	105	158	211	263	316
Títulos e Valores mobiliários	CDI 24.590	1.392	2.088	2.784	3.479	4.175

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2015 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI em cada cenário.

Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 18 de dezembro de 2015, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2015 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

	Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2015 (*)	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
3ª emissão de debêntures	IPCA +	6,47%	254.137	3,92% 27.036	5,87% 32.332	7,83% 37.629	9,79% 42.926	11,75% 48.222
BNDES subcrédito (A, B e C)	TJLP +	2,34%	296.475	3,50% 17.557	5,25% 22.867	7,00% 28.176	8,75% 33.486	10,50% 38.796

(*) refere-se ao principal das dívidas, sem considerar encargos e custos de captação.

25.6 Gestão de riscos

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Nossa política de gerenciamento de riscos é aprovada pelo nosso conselho de administração, que têm sob sua responsabilidade a definição da estratégia na gestão desses riscos, determinando os limites financeiros e de exposição.

Adicionalmente, nossa gestão de riscos tem como princípio afastar eventuais riscos financeiros que possam ser adicionados aos nossos negócios. Em relação ao caixa, nossas aplicações financeiras são geridas conservadoramente, com foco na disponibilidade de recursos para fazer frente às nossas necessidades. Buscamos melhores rentabilidades sempre levando em

consideração os limites de risco, liquidez e concentração das aplicações e acompanhamos regularmente as taxas contratadas comparando-as com as vigentes no mercado.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2015, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	14.534	724	-	-	-	15.258
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.627	36.907	44.848	211.832	424.534	726.748
Total	23.161	37.631	44.848	211.832	424.534	742.006

25.7 Gestão de capital

	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos, financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar)		
Circulante	(45.534)	(33.722)
Não circulante	(681.214)	(681.042)
Dívida total	(726.748)	(714.764)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	28.774	28.897
Dívida líquida	(697.974)	(685.867)
Patrimônio líquido	809.012	643.455
Índice de endividamento líquido	0,86	1,07

A estrutura de capital foi determinada pelos estudos para a definição do negócio, bem como pelos limites de financiamentos estabelecidos pelos agentes financeiros.

26 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

27 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2015.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco operacional	972.658	966	03/11/2016
Risco de responsabilidade civil geral	37.500	75	03/11/2016
Total	1.010.158	1.041	

28 Informações por segmento

A Companhia é administrada com uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente e conseqüentemente tem um único segmento que a Administração da Companhia utiliza para analisar seu desempenho operacional e financeiro. As operações da Companhia são realizadas em território nacional.

* * *

Contadora

Patrícia N. S. Ferreira
CRC 1SP237063/O-2

Declaração dos diretores sobre o Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

São Paulo, 01 de março de 2016.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, V DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 (“Companhia”), nos termos do inciso V, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as conclusões expressas no relatório dos Auditores Independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

José Antonio Caseiro Vicente

Diretor Administrativo

Diretor de Relações com Investidores

João Carlos Pelicer

Diretor Técnico

Declaração dos diretores sobre as demonstrações contábeis

São Paulo, 01 de março de 2016.

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25, §1º, VI DA INSTRUÇÃO CVM 480/09

Declaramos, na qualidade de diretores da Ferreira Gomes Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF nº 12.489.315.0001/23 (“Companhia”), nos termos do inciso VI, do parágrafo 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

José Antonio Caseiro Vicente

Diretor Administrativo

Diretor de Relações com Investidores

João Carlos Pelicer

Diretor Técnico